

CONCEPÇÕES/SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL (1960 E 1970)¹

CONCEPÇÕES/SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL
(1960 E 1970)

CONCEPÇÕES/SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL
(1960 E 1970)

Debora Gomes²

Rita de Cássia da Silva Oliveira³

João Luiz Gasparin⁴

Resumo: Com o objetivo de analisar a concepção/significado atribuído à Educação Física escolar (EFE) no Brasil, a partir das políticas educacionais, do campo científico e das vivências de ex-alunos; foram utilizadas como fontes: legislações, documentos oficiais, livros, artigos, teses e entrevistas. Participaram dez ex-alunos, integrantes da comunidade acadêmica da UNICENTRO, que estudaram em escolas públicas e privadas, no período de 1954 a 1987, em diferentes regiões do Brasil. A EFE apresenta significados diversos/contraditórios/imperceptíveis expressos pelas vivências dos sujeitos, por isso, não pode mais negligenciar e/ou ignorar suas contradições e lutas internas: meninos e meninas; coletivo e individual; jogar contra e jogar com; empírico e científico; ciências biológicas e ciências humanas; ócio e atividade; inclui todos e seleciona, exclui; aula e treino...

Palavras-chave: Educação Física; Políticas Educacionais; Concepções.

Abstract: With the objective of analyzing the conception/meaning attributed to school Physical Education (EFE) in Brazil, based on educational policies, the scientific field and the ex-students experiences; were used as sources: legislation, official documents, books, articles, theses and interviews. Ten former students participated, members of the academic community of UNICENTRO, who studied in public and private schools, from 1954 to 1987, in different regions of Brazil. The EFE has different/contradictory/imperceptible meanings expressed by the subjects' experiences, therefore, it can no longer neglect and/or ignore its contradictions and internal struggles: boys and girls; collective and individual; play against and play with; empirical and scientific; biological sciences and human sciences; leisure and activity; includes all and selects, excludes; class and training...

¹ Artigo produzido a partir da tese "Educação Física escolar no Brasil: aspectos históricos e científicos, políticas educacionais e concepções de ex-alunos (1960 - 2010)", defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, linha História e Política Educacionais, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia da Silva.

² Docente do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Centro Oeste - Campus de Irati, Paraná, Brasil. deboragomes@unicentro.br. <https://orcid.org/0000-0001-7397-7400>

³ Professora do Programa de Pós Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Rede - Educação Inclusiva, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. soliveira13@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0001-9382-7573>.

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. joaogasparin1941@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0459-7927>.

Keywords: Physical Education; Educational Policies; Conceptions.

Resumen: Con el objetivo de analizar la concepción/significado atribuido a la Educación Física (EFE) escolar en Brasil, a partir de las políticas educativas, el campo científico y las experiencias de ex alumnos; se utilizaron como fuentes: legislación, documentos oficiales, libros, artículos, tesis y entrevistas. Participaron diez ex alumnos, miembros de la comunidad académica de UNICENTRO, que estudiaron en escuelas públicas y privadas, de 1954 a 1987, en diferentes regiones de Brasil. La EFE tiene significados diferentes/contradictorios/imperceptibles expresados por las vivencias de los sujetos, por lo tanto, ya no puede descuidar y/o ignorar sus contradicciones y luchas internas: niños y niñas; colectivo e individual; jugar contra y jugar con; empírico y científico; ciencias biológicas y ciencias humanas; ocio y actividad; incluye todo y selecciona, excluye; clase y entrenamiento...

Palabras clave: Educación Física; Políticas Educativas; Concepciones.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um longo percurso foi trilhado na história do homem, e, entre descobertas, avanços e retrocessos, quando se parte de sua atividade como referência em relação ao saber objetivo produzido historicamente, as atividades de andar, correr, saltar, lançar, subir, descer..., antes centrais na constituição do conhecimento dos homens, deixam de ocupar centralidade no seu cotidiano, e, se tornam, saberes que, ao mesmo tempo, são tratados como necessários no âmbito do desenvolvimento físico e motor, e consequentemente do desenvolvimento integral do sujeito, mas também, como inerentes ao processo de implantação e implementação das ações em torno do ensino e aprendizagem do contexto escolar.

Neste intento, a Ginástica surgiu como área inicial que assumiu o contexto de ensino e aprendizagem referente ao ato de se movimentar. Estruturou por meio de toda atividade física sistematizada e, esteve representada inicialmente por movimentos relacionados à sobrevivência do homem, além dos exercícios para preparação de soldados, jogos, atletismo, danças e lutas (MARINHO, 1980).

Até 1911, no Brasil, todos os decretos e leis, utilizavam o termo Ginástica, com a conotação descrita acima, porém a partir do Decreto n.º 8660, de 1911, o termo Educação Física passou a ser utilizado: “as aulas de gymnastica terão por fim robustecer os organismos, devendo o mestre adestrar os alumnos nos exercicios que constituem a educação physica”⁵ (BRAZIL, 1911, art. 7º K).

Este estudo trata da Educação Física⁶, entendida como área que passou a abordar o movimento⁷ humano no contexto formal de ensino e aprendizagem dos homens. Assim, está estruturada como

⁵ Texto descrito como no original, escrita que foi adotada ao longo de toda a pesquisa realizada, em que os transcritos do final do século XIX e início do XX, foram mantidos na sua grafia.

⁶ No texto, o termo Educação Física, será utilizado a fim de denotar as sistematizações em torno dos exercícios físicos, esportes, danças, lutas, jogos e brincadeiras, ou seja, das práticas corporais produzidas historicamente. O termo “Ginástica”, quando mencionado a partir de obras históricas, deverão ser considerados sinônimos de Educação Física.

⁷ “[...] forma de comunicação com o mundo que é constituinte e construtora de cultura, mas também, possibilitada por ela. [...] o que qualifica o movimento enquanto humano é o sentido/significado do mover-se. Sentido/significado mediado simbolicamente e que o colocam no plano da cultura” (BRACHT, 1996, p. 24).

meio de acesso às práticas corporais produzidas ao longo da história, as quais se organizaram inicialmente a partir da necessidade pela sobrevivência – longas caminhadas, lutas, corrida, saltos e nado –, e além de utilitárias, foram e são realizadas por razões guerreiras, ritualísticas, terapêuticas, esportivas, educacionais, estéticas, culturais.

No Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394 do ano de 1996, a Educação Física passou a ser tratada como componente curricular obrigatório da Educação Básica. Isto significa que passou a fazer parte do currículo ao integrar as disciplinas⁸ que compõem a base nacional comum da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Cabe destacar o percurso que a Educação Física tem trilhado, o qual, ao mesmo tempo, em que se insere na “cultura escolar” estruturada pela história, legislação; suscita diferentes debates e estudos acadêmicos; e se encontra atrelada às perspectivas dos alunos que a vivenciam. Neste contexto, é frequente observar a perplexidade de pessoas (acadêmicos, profissionais de outras áreas), quando se deparam com a Educação Física, abordada nos documentos oficiais, bem como, sob o olhar do campo acadêmico, o qual muitas vezes, parece distinto e desconexo da

visão dos que estão fora deste campo e que vivenciaram esta disciplina em diferentes escolas brasileiras.

Nos deparamos com a “crise” da Educação Física abordada pela área acadêmica, em detrimento da “eficácia simbólica”⁹ que esta disciplina/atividade tem exercido do ponto de vista dos demais sujeitos sociais: alunos, professores, pais, equipes pedagógicas... Tal dicotomia, nos leva à seguinte questão problematizadora: qual a concepção/significado atribuído à Educação Física escolar (EFE) no Brasil, a partir das políticas educacionais, do campo científico e das vivências de ex-alunos (EA) que a vivenciaram em diferentes contextos históricos?

Para responder a referida questão, elencamos como objetivo geral do estudo, analisar a concepção/significado atribuído à Educação Física escolar (EFE) no Brasil, a partir das políticas educacionais, do campo científico e das vivências de ex-alunos.

Em relação aos aspectos metodológicos, o texto foi organizado por meio da elaboração teórico-científica, aprofundada ao longo das aproximações realizadas a partir das seguintes fontes: legislações, documentos oficiais, livros, artigos, teses, dissertações da educação e da Educação Física¹⁰, além de entrevistas.

⁸ A Matéria curricular, a princípio, se faz presente na Escola sem possuir forma definida. Ao defini-la, ela ganha a configuração de *Atividade* ou *Disciplina* curriculares. A *matéria curricular* sob a forma de *atividade* se apresenta destituída da necessidade de ser pensada, refletida, teorizada. Seria o fazer pelo fazer. Já a *Disciplina* seria a matéria curricular expressa sob a forma de *conhecimento a ser tratado e transmitido aos estudantes, de forma a ser por eles apreendido* (CASTELLANI FILHO, 2020, p. 27, grifo do autor).

⁹ “Quando se fala em eficácia simbólica, está-se referindo aos significados tradicionais que orientam e fornecem sentido a certas ações coletivas” (DAOLIO, 2005, p. 218).

¹⁰ Ao longo do estudo foram utilizados autores da Educação Física de diferentes matrizes teóricas, ou seja, consideramos o conhecimento existente em torno do objeto de estudo. Nesse sentido, “cabe insistir na perspectiva crítica de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de ‘crítica’, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o ‘bom’ do ‘mal’. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer

Como instrumentos e técnicas para se apropriar da Educação Física escolar, enquanto objeto de estudo, recorreremos também às entrevistas de ex-alunos..., os quais consideramos “[...] indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86 - 87). Partimos do pressuposto que não existe história sem agentes sociais.

Como critério de inclusão, os participantes deveriam ter concluído o Ensino Médio ou nível equivalente (segundo grau); terem estudado no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1980, período este, em que transitaram por escolas orientadas pelas legislações educacionais de 1961 (lei 4.024), 1971 (lei 5.692 e decreto 69.450).

ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo, em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (PAULO NETTO, 2011, p. 18, grifo do autor).

Esta opção se justifica ainda, devido ao fato de que apesar do questionamento em relação aos papéis assumidos pela Educação Física, partirem do viés do questionamento da educação em relação à sua função na sociedade capitalista, “a crise” – afinal a crise não foi desencadeada somente na Educação Física, mas sociedade – instaurada na disciplina não foi debatida somente por autores da matriz do “materialismo histórico”; “[...] os principais e teóricos que norteavam as discussões na Educação Física não se utilizavam desse referencial ou o utilizavam em conjunto com outros, às vezes com posições antagônicas. [...] ou seja, nunca houve na Educação Física uma hegemonia do materialismo histórico. Houve denúncias dos problemas internos dessa prática social e do capitalismo, um crescimento nos últimos anos do que se chama ‘progressista’ ou ‘renovador’, com fundamentação teórica na Fenomenologia, na Teoria Crítica e nas várias tendências pós modernas” (MELLO, 2014, p. 25 - 26, grifo do autor).

Os participantes foram selecionados a partir da disponibilidade em participar da pesquisa, assegurada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como o fato de terem estudado em diferentes regiões do Paraná e do Brasil, no total de dez entrevistas (quadro 1).

Quadro 1: Dados sociodemográficos dos entrevistados.

Ex-Aluno	Sexo	Município/Estado	Período	Sistema
EA1	F	Siqueira Campos/PR	1954 - 1965	Público
EA2	F	Imbituva/PR	1959 - 1970	Público
EA3	F	Irati/PR	1960 - 1970	Público
EA4	M	Curitiba/PR	1960 - 1971	Privado
EA5	M	São Paulo/SP	1963 - 1974	Público
EA6	F	Irati/PR	1966 - 1976	Público
EA7	M	Porto Alegre/RS	1971 - 1981	Priv./Púb.
EA8	F	São Paulo/SP	1972 - 1982	Privado
EA9	F	Lajes/SC – Cascavel/PR	1974 - 1984	Púb./Priv.
EA10	M	Santa Bárbara e São João Evangelista/MG	1975 - 1987	Púb./Priv.

Fonte: Dados da pesquisa

O projeto do estudo foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, e está aprovado¹¹.

Compreendermos que as vivências nem sempre refletem um efeito imediato, pois se faz necessário considerar a temporalidade delas, uma vez que seus impactos podem trazer consequências a curto, mas também a longo prazo, ou seja, elementos resultantes das vivências permitem ao longo do tempo, sustentarmos ações imediatas, mas

¹¹ Parecer 2.991.068 de 30 de outubro de 2018.

também reconfigurar ações futuras. Logo, reconhecermos as vivências relatadas pelos ex-alunos como saber se torna salutar ao entendimento da Educação Física escolar.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL PÓS LDB DE 1961

A década de 1960 no Brasil foi caracterizada pela intensificação da industrialização, urbanização acelerada, lutas em prol da escola pública, bem como, a busca pelo aumento de escolas primárias para superação do analfabetismo que continuava como marca forte na realidade do país e era vista como um dos entraves para o desenvolvimento. De acordo com Saviani (2007, p. 333), um período “[...] de intensa experimentação educativa, deixando clara a predominância da concepção pedagógica renovadora”.

Para Castellani Filho (2013, p. 83, grifo do autor), “[...] a Educação Física continuou a representar seus ‘papeis’, não vindo a sofrer, [...] modificações substanciais em seus traços de personalidade, que viesse a alterar a característica de sua participação na ‘peça’ em cena”.

Estudos sobre os diferentes contextos da sociedade e da educação brasileira são fundamentais e produzem elementos significativos e inerentes ao processo de compreensão da Educação Física no Brasil, porém a seguir buscamos um olhar para a Educação Física em seus meandros, sem perder de vista a totalidade que a envolve, mas reconhecê-la enquanto objeto de estudo compreendido em relação a si e em relação aos outros fenômenos.

De maneira geral havia uma

preocupação com um sistema de educação brasileiro e, para a Educação Física, a busca era para que esta se firmasse nos currículos escolares, na medida em que pudesse contribuir a “formação do povo brasileiro”.

No campo científico, o debate em torno da Educação Física/Esporte, fundamentou-se no que é denominado “ciências-mãe”, fisiologia geral, fisiologia desportiva, psicologia, biomecânica, biologia..., como bases de apoio ao campo do esporte (BRACHT, 2003).

É possível destacarmos, portanto, um conjunto de fatores que contribuíram não só para a expansão da Educação Física no Brasil, como também para a disseminação do esporte, porém, conforme descrito a seguir, uma Educação Física que ocupa um lugar marginal no projeto de educação dos sujeitos, uma vez que a prática pedagógica não era considerada um campo científico tratado com centralidade no âmbito da Educação Física, embora, suas principais ações dependessem de tal perspectiva, na medida em que se inserem, em sua maioria, no cotidiano escolar.

Para Guiraldelli Júnior (1991), a década de 1960 teve seu início marcado pelo, o que denominou de “Educação Física Pedagogicista” e, na segunda metade uma “Educação Física Competitivista”.

A primeira trata a Educação Física como meio que auxilia a juventude “melhorar sua saúde, adquirir hábitos fundamentais, preparo vocacional e racionalização do uso das horas de lazer”, para o mesmo, a ginástica, o esporte..., são tratados como instrumentos pedagógicos instrutivos e educativos que pudessem “[...] levar a juventude a aceitar as regras de convívio democrático e de

preparar as novas gerações para o altruísmo [...]” (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p.19).

Já a ‘Educação Física Competitivista’, tem como objetivo central, “[...] a caracterização da competição e da superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna”. Desta forma a ginástica e os jogos se destinam à preparação/revelação dos melhores atletas, o que Guiraldelli Júnior (1991, p. 20) denominou de “culto do atleta-herói”, ou seja, uma Educação Física que massifica a prática/treinamento esportivo e apresenta à sociedade “aquele que a despeito de todas as dificuldades chegou ao *podium*”.

Em 20 de dezembro de 1961, foram publicadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da Lei n.º 4.024, que entrou em vigor em 1962, conforme previsto no art. 120. Para Marchelli (2014, p. 1493) “[...] mesmo mal formulada e cheia de lacunas representou uma esperança para a redenção dos erros pedagógicos praticados pelas escolas do passado [...]”.

Para Anísio Teixeira, apesar de a LDB de 1961 não superar os anacronismos presentes na educação e na sociedade brasileira, representou pequenas mudanças e, em especial, finalmente, concretizou a aspiração do Manifesto dos Pioneiros, em relação à defesa da autonomia dos estados e descentralização do ensino. Com isso, buscavam favorecer a organização da educação de diferentes formas, de acordo com a necessidade local, ou seja, seriam para os Estados a oportunidade de superar os hábitos de dependência diante do governo Federal, por isso, a LDB para Teixeira (1962, p. 222), significou “Meia vitória, mas vitória”.

Saviani (1982), destaca que a LDB de 1961 teve como escopo central regular o que já se encontrava em funcionamento no país, ou seja, não trouxe novidades em relação às reais necessidades da educação brasileira. Isto ocorre, pois, a educação se volta para a necessidade de desenvolvimento econômico do país, o que se reflete nas publicações de 1967 de Theodor Schultz e Luiz Pereira: “O valor econômico da educação” e “Desenvolvimento, trabalho e educação”, respectivamente.

A Educação Física é mencionada no Art. 22 da LDB de 1961, da seguinte forma: “Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos”, o que em nada mudou o papel coadjuvante, que a ela estava atribuído diante das demais disciplinas nas escolas (BRASIL, 1961).

No ano de 1964, se deu início no Brasil ao governo militar, que apoiado por setores da classe média, as elites agrárias e os industriais, provocaram uma ruptura política vista como meio de preservar a ordem socioeconômica, tal ação “[...] interrompeu a sequência de iniciativas educacionais inspiradas no ideário renovador”, e com isso, “[...] buscou-se ajustar a educação à nova situação por meio de novas reformas de ensino” (SAVIANI, 2015, p. 142).

Segundo Mello (2014, p. 137), “as agências de assistência técnica contribuem para uma reformulação da política educacional procuram moldar o ensino na direção de uma concepção de eficiência e tecnicismo”.

Neste sentido, dentre as iniciativas governamentais, foi publicado no ano de 1965, o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 29, da Câmara de

Ensino Primário e Médio¹², aprovado em sessão de 4 de fevereiro de 1965, a Educação Física foi citada como parte integrante de todo o sistema de ensino, e neste sentido, buscou esclarecer a questão da “obrigatoriedade” prevista na LDB de 1961, bem como, a questão de número e sessões, que diante da descentralização e necessidade dos Estados definirem seus projetos de ensino, foi objeto de inúmeras consultas.

Iniciam com destaque para o papel da Educação Física de formar o adolescente, a fim de favorecer além do desenvolvimento das destrezas e capacidades físicas numa relação de mínimo esforço e máximo rendimento (lógica adotada no processo de industrialização), ser “principalmente” responsável pelo despertar de hábitos para a vida, ou seja, “[...] não se trata apenas de músculos e nervos, força e destreza, mas, também, de exercitação das forças volitivas para formação da vontade e do caráter” (BRASIL, 1965, p. 105).

Ex-Aluno (EA) 3, que estudou o primário no período de 1960 a 1963, em escola pública, afirmou que nesse período as aulas de Educação Física aconteciam “[...] uma vez por semana”, onde faziam “[...] exercícios físicos, que consistiam de flexões, levantar braços, girar a cintura e correr”. EA2 que estudou o ginásio entre 1963 e 1967, também em escola pública, destaca que nas aulas de Educação Física “[...] fazíamos exercícios de alongar [...]”. Cada exercício a gente fazia de dez, vinte, trinta vezes [...]. Tinha ‘cambote’¹³, agachar, fazer com os braços, tudo que é tipo de exercício. [...] Exercício de correr,

gincana de corrida no saco, correr com o ovo na colher, pular corda, salto em altura. Tinha disputa de corrida para ver quem ganhava de quem. Jogava vôlei na quadra [...]”.

Tais atividades se assemelham à perspectiva descrita no Parecer CFE n. 29/1965, em relação ao desenvolvimento de destrezas e capacidades físicas prescrito como inerente à proposta de Educação Física do período, bem como, apontam para a Ginástica com o papel principal nas aulas de Educação Física escolar (EFE).

Os relatos dos ex-alunos, assim como o Parecer CFE N.29/1965, vão ao encontro do que Gallardo (2010, p. 13), destaca: “a principal crítica à Educação Física escolar do período que chegou até a década de 1970 é que sua visão biologista se preocupou com o aprimoramento físico [...] sem levar em conta, na maioria das vezes, a totalidade dos indivíduos envolvidos no processo”.

O relator J. Borges dos Santos destacou a preocupação com a fixação de número de sessões semanais de Educação Física, diante de inúmeros documentos enviados para o Conselho Federal de Educação com tal questionamento. Desta forma, afirma que o legislador dispôs sobre a obrigatoriedade da Educação Física enquanto prática educativa para “garantir para todos os educandos, sobrepondo-a, assim, às demais, uma determinada prática educativa, dada a sua importância como fator de saúde, desenvolvimento e formação do educando”, e não obrigou a fixação de número de sessões que deveriam ser definidas pelos responsáveis dos estabelecimentos de acordo com a estrutura física e organização da grade de horários em relação às demais disciplinas (BRASIL, 1965, p. 105).

Ao mesmo tempo, em que relaciona

¹² O mesmo foi assinado por Pe. J. Vasconcellos, Presidente. J. Borges dos Santos, Relator. Henrique Dodsworth. Celso Cunha. Celso Kelly.

¹³ Rolamento para frente.

o termo obrigatoriedade com a possibilidade de sobrepor demais práticas educativas dada a importância da Educação Física, quando relaciona o número de sessões à grade de horários das disciplinas, ressalta que a organização da Educação Física deve convergir para “[...] manter a continuidade necessária ao bom rendimento escolar”, ou seja, não pode se sobrepor às demais disciplinas que devem ser priorizadas na organização do cotidiano escolar e sugere que a resposta não são quantas sessões são necessárias, mas sim, “possíveis” diante do contexto de cada estabelecimento de ensino (BRASIL, 1965, p. 106).

Cabe destacar que a escola na década de 1960 no Brasil era frequentada apenas por 31% de crianças e adolescente, ou seja, uma escola pública para poucos. De acordo com Marcílio (2005), atendia uma classe média que exigia uma formação de qualidade, no sentido de preparar seu filho para as demandas sociais do período, uma perspectiva que não conferia centralidade à prática educativa de Educação Física.

A questão de atribuir as aulas de Educação Física ao que for “possível” no cotidiano escolar, confere aos diretores locais a flexibilização, bem como, o argumento para justificar a inserção ou não desta atividade, na viabilidade pautada em parâmetros particulares, o que ficou explícito no parecer de 1965 (p. 106): “competem às Inspetorias Regionais, à direção das Escolas e a outros órgãos da Administração do Ensino, de acordo com a flexibilidade da lei, adotar o critério que parecer mais favorável ao bom cumprimento dos dispositivos legais”.

Fica evidenciado, desta forma, a distinção e hierarquia previstas no que diz respeito às “disciplinas” e “práticas

educativas” destinadas por meio da LDB e, nesse sentido, observamos as brechas que permitiam a não participação dos alunos nas práticas educativas que consideravam desnecessárias e/ou por outros motivos não viessem ao encontro do que os que tinham acesso à escola, consideravam salutar.

O relator do parecer tenta argumentar que como de acordo com a LDB de 1961 a presença era computada de maneira geral, ou seja, o aluno deveria ter uma frequência de 75% nas aulas dadas (art. 38, inc., VI), era necessário interpretar como “aulas dadas em todas as disciplinas”, para que não fosse excluída pelo aluno alguma disciplina ou prática educativa que foi entendida como necessária à sua formação pelos que a organizaram.

Embora tal recomendação fosse explícita, isto foi e é muito recorrente à comunidade escolar¹⁴ que não consideram necessária à sua formação as atividades de Educação Física, e por isso se utilizam das “brechas” dos mecanismos legais para adequar as escolas às suas “concepções” específicas, em especial no primário, período em que os alunos recorriam à escola para dominar os conteúdos/conhecimentos considerados básicos e necessários, pré-requisitos à continuidade dos estudos, o que não incluía a Educação Física.

EA5, destacou que no primário, vivenciado no período de 1963 a 1966, não tem nenhuma lembrança “[...] nítida de aulas de Educação Física”. Já EA4 que fez o primário entre 1960 e 1964, afirmou

¹⁴ Alunos, pais, professores, pedagogos, diretores, funcionários..., provenientes de diferentes lugares, bem como, com histórias de vidas, gêneros, etnia, classe social, religião, valores, saberes..., enfim, sujeitos históricos culturais distintos.

categoricamente que “não tinha Educação Física”. EA6, que estudou entre 1966 e 1969, relatou “não lembro de ter tido Educação Física no primário, não me vem na memória”. Tais relatos confirmam a ausência e não centralidade da Educação Física na grade do primário.

Rodrigues (2016), em estudo realizado com estudantes das décadas de 1950, 1960 e 1970 no Brasil, observou que a maioria não tinha aulas de Educação Física presente na grade curricular e que quando as tinha, esta era conduzida por professores de outras disciplinas, apenas para garantir um espaço em que os alunos realizavam os jogos, sem nenhuma sistematização e/ou objetivo claro.

O Parecer 29/65 atrela ainda, mais uma vez, o número de sessões de Educação Física à estrutura física necessária, e ainda, “[...] um ambiente convidativo, atraente, gerador de alegria, prazer e bem-estar dos educandos, de modo que eles mesmos passassem a solicitar maior número de sessões”, o que poderia gerar uma participação voluntária e “alegre do aluno” (BRASIL, 1965, p. 108).

Com isso, observamos a ciência que tinham quanto a necessidade de se constituir a estrutura física e material para a viabilização da Educação Física nas escolas, porém, “[...] em que medida, espaços e instalações para o ensino da Educação Física estiveram presentes nos projetos arquitetônicos das escolas?” Desde a década de 1960 é possível destacar que mesmo com ponto de vistas oficiais sobre a Educação Física, “os espaços e as instalações destinadas para esta finalidade educativa, foram improvisados e construídos apenas alguns anos após a inauguração dos prédios ou em reformas posteriores” (DAMAZIO; SILVA, 2008, p. 193 - 194).

Do ponto de vista dos EA, apenas EA3 destacou que “[...] era uma escola bem precária” no período de 1966 a 1969 em que estudou, os demais descrevem o espaço físico das escolas sem expressar opinião se consideravam adequados ou não.

Por fim, o parecer sugere sete ações que podem auxiliar a Educação Física enquanto prática educativa. Em relação ao item cinco, comenta que apesar de alguns mestres não serem favoráveis, tais demonstrações públicas são úteis para o estabelecimento de relação entre escola e comunidade e, quanto ao item seis, destaca o papel da Educação Física de forjar hábitos fora da escola, por isso, a preocupação com o número de sessões não deve ser salutar, uma vez que o aluno deverá individualmente se responsabilizar pelas suas atividades e atitudes na vida fora da escola (BRASIL, 1965).

Ressaltamos que, ao mesmo tempo, em que parece ir ao encontro de uma posição favorável à prática da Educação Física semanal nas escolas (Parecer 29/65), aponta para uma corresponsabilização individual dos alunos em relação à manutenção de uma vida ativa do ponto de vista da atividade física fora da escola.

Esta última concepção nos coloca diante de mais uma contradição, pois, ao concebermos a escola, como espaço em que suas ações devem contribuir para a vida do aluno, no sentido de extrapolar “seus muros”, precisamos lidar com as decisões dos que estão por trás de sua organização, o argumento de que “cabe o aluno fazer isso fora da escola”, não no sentido de extrapolar, mas de desresponsabilizar a escola de seu papel.

Diante das dúvidas que continuavam a chegar no CFE em relação à Educação Física, foi publicado no ano de 1966, o

Decreto n.º 58.130, de 31 de março de 1966, o qual regulamentou o art. 22 da LDB de 1961. Composto por oito artigos, definiu:

Art. 1º A Educação Física, prática educativa tornada obrigatória pelo art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases, para os alunos dos cursos primários e médio até a idade de 18 anos, tem por objetivo aproveitar e dirigir as forças do indivíduo - físicas, morais, intelectuais e sociais - de maneira a utilizá-las na sua totalidade, e **neutralizar, na medida do possível, as condições negativas do educando e do meio.**

§ 1º Para se alcançar êsse amplo objetivo, cumpre aos estabelecimentos de ensino organizar adequado programa de atividades, distribuindo-as pelos dias da semana, de modo que os educandos se exercitem convenientemente em quantidade e por tempo que não venha a neutralizar a continuidade e interligação dos efeitos das práticas parceladas.

§ 2º Cada estabelecimento fará constar de seu regimento a prática semanal de atividades físico-desportivas, fixando o número mínimo de sessões que garantam a continuidade dos efeitos educativos dos exercícios e seja capaz de assegurar o cumprimento do preceito legal sem ferir seu espírito, que é proporcionar aos alunos formação de acordo com os princípios gerais da educação (BRASIL, 1966, grifo nosso).

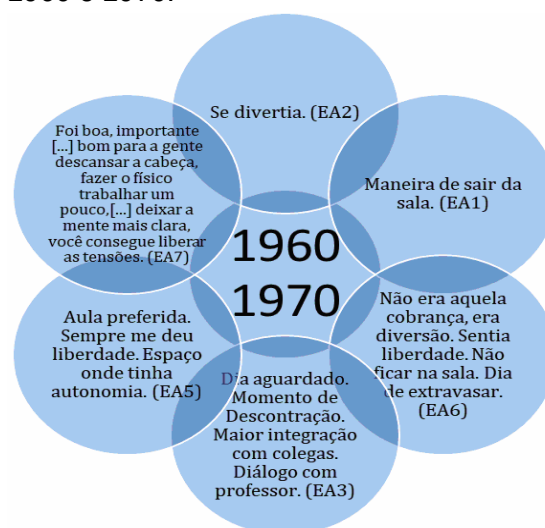
Este decreto, apresenta como novo, a obrigatoriedade da frequência na Educação Física, a fim de que os alunos tivessem seu exame final atrelado à tal condição. Nesse sentido, EA5 (1960 - 1970) destaca justamente que “fazia porque era

obrigado a fazer, tinha que ter presença”.

Destacamos a forma como o art. 1.º atribui de maneira explícita à Educação Física o papel de “neutralizar, [...] as condições negativas do educando e do meio”, em outras palavras, de levar o aluno por meio da motivação e ações positivas despertadas pela atividade, se calar diante do desejo e atitudes que fossem consideradas “não adequadas” à escola e sociedade vigente (BRASIL, 1966). Uma característica de “controle” muito presente e almejada na década de 1960 e 1970 no Brasil, de acordo com estudos como de Saviani (2012), Castellani Filho (2013) e Mello (2014).

Porém, para os EA entrevistados, as atividades de Educação Física eram justamente consideradas “espaço alternativo”, de se livrar das rotinas estabelecidas nas disciplinas ditas ‘intelectuais’, distinto do exigido em sala de aula (figura 1).

Figura 1: Significados atribuídos por EA, às aulas de Educação Física das décadas de 1960 e 1970.



Fonte: Dados da pesquisa organizado pela autora.

Essa relação entre “espaço controlado” (sala de aula) e “espaço livre”, característico em relação ao “sair da sala

de aula” pode ser analisada de duas maneiras: o espaço de sala de aula era tão limitante que o simples ato de não estar no ambiente, trazia para o aluno a sensação de “liberdade”, mesmo diante do controle que continuava a ser exercido por meio das sequências de atividades impostas na Educação Física; ou realmente a Educação Física já nesse período, apesar de ser descrita na literatura como militar e esportivista, conferia ao aluno um espaço em que se permitia “extrapolar” no cotidiano da escola.

A segunda característica destacada pode ser atribuída quando EA4 chama a atenção ao considerar que “o professor de Educação Física tinha uma didática toda dele, na época ele era um professor de Educação Física de vanguarda”; EA5 compara “a minha professora de canto no ginásio, ela era muito mais normatizadora que o professor de Educação Física”; EA6 ressaltou “a professora era muito, muito, bacana, o pessoal gostava muito da professora de Educação Física”; EA7 afirma que “lembro do professor de Educação Física, marcou bem, [...] era bastante brincalhão”.

O que observamos nos estudos do campo científico sobre a história da Educação Física no Brasil (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991; OLIVEIRA, 2011; CASTELLANI FILHO, 2013), é que justamente nesse período pós, Educação Física Higienista/Militarista (primeira metade do século XX) e antes da Educação Física Esportivista (segunda metade da década de 1960), fica uma lacuna nos estudos. Guiraldelli Júnior (1991), descreve uma Educação Física pedagogicista, pois com a saída do período do Estado Novo, o debate sobre o sistema de ensino no Brasil ampliou e passou ocupar vários espaços políticos de debate no Brasil.

Para a Educação Física é iniciado um período de saída/desprendimento dos métodos ginásticos, em especial o Francês, migra por uma garantia legal (LDB 4.024/1961, Parecer 29/1965, Decreto 58.130/1966), e segue em direção à sua esportivização, portanto, para os EA entrevistados, fica justamente evidente a ideia de uma Educação Física não tão rigorosa como a prevista pelos métodos ginásticos, mas também, ainda sem uma cobrança explícita em relação ao treinamento esportivo.

Com isso, identificamos um contexto de improvisação presente na educação e na Educação Física brasileira da década de 1960, e diante de tal contexto, quem era responsável pelas atividades de Educação Física, e como deveria atuar, constituíam elementos que desafiavam a organização do sistema escolar e as propostas de formação do professor de Educação Física continuavam um paradigma para o período.

No âmbito governamental, inicia uma corrida em prol da esportivização da Educação Física e no ano de 1968, iniciou a uma série de publicações voltadas para tal concepção. Dentre elas, o Boletim Técnico Informativo (BTI), com distribuição gratuita, por meio da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.

O número 1, segundo o editorial assinado pelo Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira se tornou necessário diante da ineficiente relação entre Professor de Educação Física e Dirigente, o que trouxe à tona a desatualização na área. Para isso, o BTI foi visto como um meio direto de comunicação entre órgãos de chefia e professores.

“Almejamos progressivamente estabelecer uma unidade de doutrina em torno da

necessidade da aplicação efetiva da Educação Física em todos os níveis educacionais [...]” (FERREIRA, 1968, p. 6).

O BTI n. 1, trouxe o artigo “O caminho Olímpico”, de Luiz dos Santos, que em 1968, explicita a centralidade de ações no esporte e a consequente submissão do papel da Educação Física nesta perspectiva,

A situação atual de estagnação do Desporto Brasileiro em todos os seus setores, seja o profissional, o estudantil ou o amador, bem como a quase total desatualização da maioria dos profissionais, aponta a necessidade de aplicação de uma diretriz revolucionária, libertando-o da inação. [...]

Reivindicamos, portanto, que a nova filosofia tenha por base a realização no Brasil, dentro de 8 - 12 anos, de uma Olimpíada e que a nova diretriz seja fornecida por um Plano Integral de Reformulação Desportiva do panorama atual (SANTOS, 1968, p. 60).

De maneira geral, o BTI transformado posteriormente na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (RBEFD), representou para o final da década de 1960, 1970 e início de 1980, um meio para formação dos professores de Educação Física, baseado em concepções científicas de especialistas que ali publicaram seus estudos, também apresentou conteúdos e possibilidades para a organização das aulas de Educação Física a fim de

[...] padronizar os procedimentos metodológicos e incentivar a formação de atletas, transformando a escola no espaço de formação do civismo e de

força esportiva, o que essencialmente elevaria a qualidade do ensino. [...]

O discurso contido na RBEFD era caracterizado pelo confronto de duas tendências distintas, a ‘pragmática’ e a ‘dogmática’. A pragmática relacionava à Educação Física ao esporte de alto nível e a dogmática idealizava o esporte apenas como meio da Educação Física. O que pode ser notado, é que no início de sua trajetória, prevaleciam os conteúdos da tendência pragmática e com o passar do tempo, a dogmática ficou mais latente, mais preocupada com a formação humana do sujeito (ARAÚJO; FURTADO, 2014, p. 14, grifo dos autores).

Destacamos que a dicotomia do papel do esporte – alto rendimento (perspectiva pragmática) x formação humana (perspectiva dogmática) – passou a ocupar o debate científico das décadas de 1970 e 1980. Para Tubino (1975 apud ARAÚJO, 2016, p. 110), a perspectiva dogmática busca “alcançar o homem total, capaz de neutralizar os nefastos efeitos que acompanham paralelamente, a evolução da sociedade”, enquanto a pragmática, se volta para “tornar o homem matéria-prima para o resultado desportivo, o que leva a Educação Física escolar a buscar a iniciação esportiva precocemente”.

Ambas as perspectivas não se traduziram no significado atribuído pelos EA, de acordo com a figura 1, porém, todos mencionaram o fato de que os que se “destacavam, tinham dom, eram mais rápidos, melhores”, passaram a fazer parte da equipe esportiva do colégio.

Diante das metas e propósitos redefinidos para Educação Física (esportivização), a formação dos

professores continuou um desafio no Brasil e a produção de materiais por órgãos do governo passou a ser uma constante, com “seus esforços direcionados no sentido de contribuir para a ‘grandeza do Brasil’, por meio das medalhas conquistadas em competições internacionais” (MELLO, 2014, p. 139, grifo do autor).

Para Oliveira (2001, p. 93), esta é justamente “[...] uma perspectiva utilitarista da Educação Física e do esporte”, ou seja, ambos, Educação Física e esporte a serviço de “aperfeiçoar a saúde, preencher os momentos de lazer, desenvolvimento de recursos humanos”.

Porém, a necessidade de uma organização didática pedagógica da Educação Física também era urgente, diante do espaço que esta precisava ocupar no contexto escolar e, no ano de 1969, foi editado pela Divisão de Educação Física do MECa, com distribuição gratuita destinada aos especializados, o livro técnico “Introdução à Didática de Educação Física”, o qual, segundo texto do então Diretor da Divisão de Educação Física do MEC, Arthur Orlando da Costa Ferreira, tinha como objetivo “[...] oferecer subsídio aos alunos das Escolas Superiores de Educação Física e aos nossos especializados, de modo geral, no referente ao setor básico da Didática” (FARIA JÚNIOR, 1969).

“Distribuído gratuitamente em todo o país tornou-se obra de referência, a ponto de [...] considerarem que ‘não existe [existia] professor de Educação Física no Brasil que não tenha [tivesse] tomado contato com o ‘livrão’...” (FARIA JÚNIOR, 2006, p. 63, grifo do autor)

Ao relacionar a Educação Física à didática, observamos uma tentativa de caracterizar pedagogicamente a então

“atividade” do período, que embora sempre presente no interior das escolas, ainda era tratada de maneira distante das perspectivas didático-pedagógicas atribuídas às demais disciplinas.

Observamos no livro, o destaque para a necessidade de uma Educação Física sistematizada, com intencionalidade, ou seja, que por meio de uma iniciação esportiva, com vivências relacionadas as habilidades físico, motoras a serem desenvolvidas na infância e na adolescência, conduzissem o adulto a uma vida produtiva, com vitalidade seja para o trabalho, para a vida militar e/ou para o esporte.

O autor destaca ainda o que considera como os cinco requisitos básicos que deve possuir o docente especializado em Educação Física, dentre os quais a “vocação” é destacada.

É importante compreendermos que o ato de ser professor vai além de conhecimentos *doxa*, de senso comum, como se houvesse uma habilidade ‘nata’ para ser professor, ou seja, se é atleta, forte, gosta de se exercitar..., deve ser professor de Educação Física.

Ser professor exige uma gama de conhecimentos, dentre eles, os de caráter científico, sistematizado, que possibilitam, por exemplo, organizar do ponto de vista didático pedagógico os objetivos atribuídos à Educação Física, e que, Faria Júnior (1969), distribuiu em habilidades de correr, saltar, equilibrar-se, executar movimentos ou esforços com um mínimo de energia, etc., conhecimentos sobre noções de saúde e segurança escolar, vocabulário e os termos técnicos esportivos, regras dos diferentes desportos, e ideais “positivos como o de levar uma vida normal e sadia, de respeito às leis, de cumprimento aos deveres

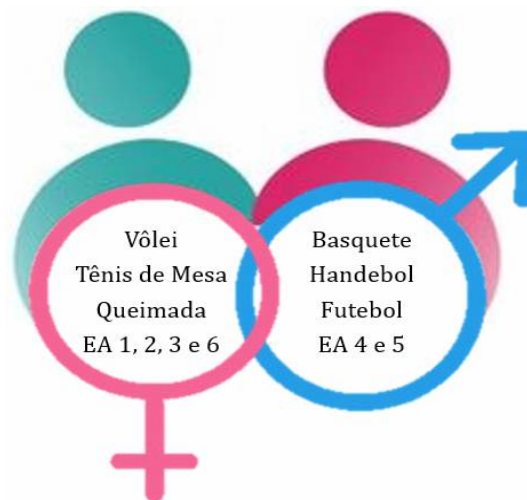
escolares, de eficiência e esmero no trabalho escolar e um sem-número de outros”. Uma clara menção aos ideais vigentes no contexto político e educacional do período.

O livro “Introdução à Didática de Educação Física”, buscou unir conceitos de educação, pedagogia, didática e Educação Física, a fim de possibilitar o aprofundamento teórico metodológico do “moderno” professor Educação Física que se almejava, ou seja, elementos considerados necessários para reconhecê-lo como educador e fortalecer a atividade nas escolas. Porém, em seu cerne – com base nos princípios higienistas, militaristas e esportivistas – manteve um dos elementos que acompanhavam a Educação Física nas últimas décadas: a distinção entre atividades de meninos e meninas, além da centralidade na Ginástica e Esporte como conteúdos únicos.

Tal distinção ficou evidenciada pelos ex-alunos participantes do estudo, os quais se encontravam imersos nas escolas nas décadas de 1960 e apontaram que estudaram em colégio somente para meninas (EA1, EA2, EA3, EA6) onde “[...] jogavam vôlei ou tênis de mesa” (EA3), “tinha vôlei” (EA2), “[...] ia para o vôlei e às vezes tinha queimada” (EA1), “[...] jogava peteca, pingue-pongue e batia bola (vôlei) (EA6)”; EA4 estudou no colégio só para meninos e afirmou que “o único esporte que pratiquei com alguma regularidade foi o Basquete”; EA5, embora estudou em colégio misto, na hora da Educação Física “[...] era dividido meninos e meninas, elas tinham uma outra professora mulher, [...] nosso professor era homem [...] trabalhava os esportes Handebol, Basquete, Futebol[...] as meninas brincavam com arco, corda [...]

Não era no mesmo espaço, eram quadras diferentes” (figura 2).

Figura 2: Atividades realizadas pelos EA nas décadas de 1960 e 1970.



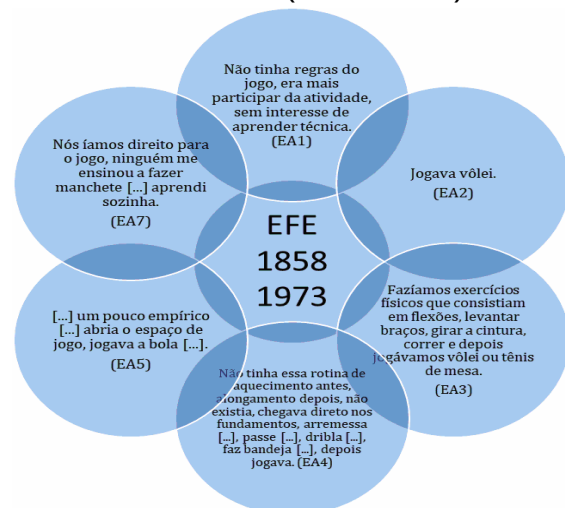
Fonte: Dados da pesquisa organizado pela autora.

A configuração de escolas somente para meninos ou somente para meninas pode ser considerada resquícios dos “Grupos Escolares”, que fizeram parte do projeto de educação do período da República no Brasil e segundo Souza (1997), foi uma tentativa de racionalização administrativa e pedagógica, na qual, dentre outras características, o ensino era separado por seções feminina e masculina organizadas por séries.

As atividades distintas entre meninos e meninas era resultante da organização social do período, a qual tinha papéis bem definidos para cada um, por isso, a Educação Física refletia o pensamento vigente, o qual do ponto de vista social e esportivo estava delimitado. A Deliberação n.7 do Conselho Nacional de Esporte, do ano de 1965, destacou nesse sentido que, “não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball”, por mulheres.

Os ex-alunos destacaram que as aulas que no período (1958 a 1973) em que estudaram os anos finais do Ensino Fundamental eram “[...] um pouco empírico [...] abria o espaço de jogo, jogava a bola [...]” (EA5); “não tinha regras do jogo, era mais participar da atividade, sem interesse de aprender técnica” (EA1); “nós íamos direito para o jogo, ninguém me ensinou a fazer manchete [...] aprendi sozinha” (EA6); “jogava vôlei” (EA2). Apenas EA3 relatou que “fazíamos exercícios físicos que consistiam em flexões, levantar braços, girar a cintura, correr e depois jogávamos vôlei ou tênis de mesa” e EA4 abordou a realização de fundamentos além de jogar: “não tinha essa rotina de aquecimento antes, alongamento depois, não existia, chegava direto nos fundamentos, arremessa assim, passe assim, dribla assim, faz bandeja assim, depois jogava” (figura 3).

Figura 3: Aulas de EF nos anos finais do Ensino Fundamental (1958 a 1973).



Fonte: Dados da pesquisa organizado pela autora.

É possível inferir que apesar de tentativas oficiais de sistematização da Educação Física no período, esta ainda reafirmava seu status de “atividade” no cotidiano escolar.

Outro elemento a ser considerado, era que nesse período existiam poucas escolas de formação de professores de Educação Física, e os modelos previam formação para técnico esportivo, médico esportivo ou professor de Educação Física, porém não havia com precisão a delimitação de atuação de cada um, os quais tinham nas escolas, um espaço privilegiado de atuação (OLIVEIRA, 2003).

De acordo com Oliveira (2001, p. 19, grifo do autor), o final da década de 1960 trouxe para a Educação Física, várias ações, o que denominou de “renovação” da Educação Física brasileira, como consequência dos seguintes fatos:

A reforma universitária de 1968 (Lei 5.540/68) expande a oferta de vagas nos cursos superiores, o que incrementaria a formação de profissionais de Educação Física; paralelamente o governo investia na formação de quadros em caráter de emergência, definia uma política setorial para a área de Educação Física e Esportes, legislava exclusivamente sobre a matéria, de forma a dotá-la de um aparato [...]. Por outro lado, a corporação dos especialistas organizava-se; emergiam os programas municipais e estaduais para a área; consolidava-se a influência do esporte sobre as práticas escolares; a Educação Física ganhava uma certa autonomia no interior da instituição escolar; debatia-se sobre o seu estatuto científico e sobre as suas implicações pedagógicas; expandiam-se as competições com um caráter pretensamente “formativo” – competições intraescolares, Jogos Escolares, Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e Jogos Universitários Brasileiros (JUBs).

Também no ano de 1969, foi publicado o documento Consolidação da Legislação do Ensino Secundário, o qual foi constituído de um ementário de pronunciamentos do Conselho Federal de Educação e Atos Oficiais relativos ao Ensino Médio. No capítulo VII, “Do Currículo”, fica definido no artigo 33, que o currículo seria composto por disciplinas obrigatórias básicas indicadas pelo CFE, disciplinas obrigatórias complementares, disciplinas optativas escolhidas pelo estabelecimento e práticas educativas (BRASIL, 1969a).

Disciplina foi descrita como “[...] atividade escolar destinada à assimilação de conhecimentos sistematizados e progressivos, passíveis de mensuração e que é condição de prosseguimento de estudos” (art. 33, § 2.º). Já as práticas educativas são consideradas “[...] as atividades que correspondem às necessidades de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa e que colocam o acento principal na maturação da personalidade com a formação de hábitos correspondentes, embora necessitem também da assimilação de certos conhecimentos” (art. 33, § 3.º) (BRASIL, 1969a).

O mesmo documento de 1969, definiu como obrigatório, nove disciplinas¹⁵, uma disciplina ou uma prática educativa de caráter vocacional, atividades complementares de iniciação

artística e duas práticas educativas¹⁶, porém a Educação Física deveria ser uma obrigatória para alunos com até 18 anos (BRASIL, 1969a, art. 33, § 4.º, incisos I a VI).

Em relação ao programa de Educação Física, o art. 43, § 2.º, destaca que o mesmo será definido pelo CFE, e no artigo 45, § 7.º, esclarece que será “[...] obrigatório [...] a frequência mínima de 75% em Educação Física, sem o que o aluno não a poderá prestar exame final das outras disciplinas em 1.ª época”. Um item diferente do Parecer CFE N.29/1965, no qual era exigido 75% de frequência em relação ao conjunto de disciplinas e atividades frequentadas pelos alunos.

Em vinte e cinco de julho de 1969, foi publicado o Decreto-Lei n.º 705, que alterou a redação do art. 22 da LDB n.º 4.024 de 1961, o qual passou a vigorar da seguinte forma: “Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior” (BRASIL, 1969b).

Embora não tenha sido revogada a LDB de 1961, em 11 de agosto de 1971, foi publicada a Lei nº 5.692, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, na qual a Educação Física foi mencionada no artigo 7.º, como obrigatória a sua inclusão nos referidos ensinos que tratavam a lei (BRASIL, 1971).

Porém, foi no decreto 69.450 do mesmo ano, que se regulamentou o artigo 22 da LDB 4.024 de 1961, no qual a Educação Física teve seu caráter instrumental reafirmado.

¹⁵ Dentre: Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas (Física, Química e Biologia), História e Geografia (obrigatórias). Línguas Estrangeiras Modernas, Música (Canto Orfeônico), Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas, Desenho, Mineralogia e Geologia, Estudos Sociais, Psicologia, Lógica, Literatura, Introdução às Artes, Direito Usual, Elementos de Economia, Noções de Contabilidade, Noções de Biblioteconomia, Puericultura, Higiene e Dietética (optativas).

¹⁶ Dentre: Educação Física, Educação Cívica, Educação Religiosa, Educação Doméstica, Artes Femininas e Artes Industriais ou outras a critério dos estabelecimentos.

Art. 1.º A educação física, **atividade** que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2.º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como **atividade escolar** regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino (BRASIL, 1971b grifo nosso).

O caráter instrumental decorre da palavra “atividade”, que no parecer n. 853 do Conselho Federal de Educação, de 12 de novembro de 1971, foi definida como espaço em que “[...] as aprendizagens desenvolver-se-ão antes sobre experiências colhidas em situações concretas do que pela apresentação sistemática dos conhecimentos [...]”; e ainda na Resolução n. 8 de 1.º de dezembro, do mesmo ano, o Conselho atribui a seguinte definição “[...] um fazer prático não significativo de uma reflexão teórica” (BRASIL, 1971c).

A preocupação não está na definição como “fazer prático” e nem nas “experiências colhidas em situações concretas”, pois afinal como exposto no início deste estudo a Educação Física se caracteriza pelas ações relacionadas ao movimento que constituíram e constituem o escopo denominado de “Manifestações da Cultura Corporal”, mas sim, destas serem caracterizadas como “sobrepostas” à apresentação sistemática de conhecimentos numa perspectiva didático-pedagógica, o que representa uma contradição dado o que caracteriza o contexto escolar formal.

O referido decreto 69.450 de 1971,

no artigo terceiro trouxe como objetivos de acordo com cada nível:

Art. 3.º. A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos[...]

II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer [...]

III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva [...]

§ 1.º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa [...]

§ 2.º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva (BRASIL, 1971b).

A questão “prática” e “desportiva” ficam reafirmadas e complementadas pela “recreação” no decreto de 1971, o qual explicitou não somente o caráter instrumental, mas também higiênico, cívico, moral e de preparação física do corpo.

O mesmo decreto trouxe ainda um plano para atender a caracterização descrita no artigo terceiro, o qual deveria ser de responsabilidade do diretor e dos professores de Educação Física do estabelecimento (artigo 4.º), e como

“padrões de referência”, o artigo quinto definiu em seus incisos,

I - Quanto à sequência e distribuição semanal, **três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior**, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dias consecutivos.

II - Quanto ao tempo disponível para cada sessão, **50 minutos, não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades**.

III - Quanto à composição das turmas, **50 alunos do mesmo sexo**, preferencialmente **selecionados por nível de aptidão física**.

IV - Quanto ao espaço útil, dois metros quadrados de área por aluno, no ensino primário, e três metros quadrados por aluno, no ensino médio e no superior (BRASIL, 1971b, art. 4.º, grifo nosso).

Tais “padrões de referência”, são ainda hoje objeto de debate e, porque não afirmar, de entraves na sistematização da Educação Física escolar que muitas vezes é colocada semanalmente em uma aula somente para cumprir a legislação, ou para cobrir “hora-atividade” de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ou ainda, é substituída por uma declaração que dispensa ao aluno diante de uma prática de atividade física ou exercício físico que é realizada em clubes, academias, dentre outros espaços de práticas esportivas, recreativas e de lazer.

Os EA 2, 3, 4, 9 e 10 mencionaram que em determinados momentos da escolarização tiveram Educação Física no período contrário das demais disciplinas, e isso pode ser atribuído justamente ao

inciso III, no qual a organização das turmas de Educação Física era distinta da organização para as demais disciplinas curriculares.

Embora o Decreto 69.450/1971, previa três sessões de Educação Física no ensino primário e no médio, os EA entrevistados mencionaram duas (EA 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10) e uma (EA 2 e 4) (quadro 2).

Tempo de aula, número de alunos, como organizar as turmas e espaço físico, ainda constituem objetos de discussão e sucateamento da Educação Física no século XXI, uma vez que a escola continua a correr atrás de garantir o maior tempo possível para os conteúdos “cognitivos”, de forma que os professores responsáveis por estes são vistos como centrais com suas aulas e turmas organizadas em detrimento da Educação Física.

Quadro 2: Número de aulas e espaços disponíveis para Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental (1960-1970).

EA	Período	Nº de Aulas	Espaço Físico
EA1	1958-1962	Não lembra	Quadra aberta
EA2	1963-1967	1	Pátio e gramado
EA3	1964-1967	2	Ar livre, quadra aberta
EA4	1965-1968	1	Quadra aberta e campo de futebol de areia
EA5	1967-1970	2	Duas quadras abertas
EA6	1970-1973	2	Quadra aberta
EA7	1975-1978	2	Chuveiro, Quadra aberta e Campo.
EA8	1975-1979	2	Pátio coberto e Quadra aberta
EA9	1978-1982	2	Quadra aberta
EA10	1979-1983	2	Quadra aberta e Canja de Futebol

Fonte: Dados da pesquisa

Cabe destaque ao espaço físico destinado para a Educação Física, o qual de acordo com o Decreto 69.450/1971, se seguido na íntegra (dois metros quadrados para cada alunos), teremos cinquenta alunos em cem metros quadrados, o que deixa evidente a inadequação para atividades físicas/esportivas/recreativas.

Ao relatarem sobre tais aspectos, os EA que estudaram nas décadas de 1960 e 1970, não apontaram como limitante os espaços disponíveis para a Educação Física, EA7, declarou ainda como “espaço bom”.

Não perceber o espaço na Educação Física, pode ser resultante do fato de que alguns EA, destacaram como lembranças claras, não os jogos, brincadeiras, esportes em quadra, mas sim as demais atividades organizadas nas aulas de Educação Física: desfile cívico, cantar hino, apresentar Dia das Mães, marchar, hastear a bandeira nacional, desfilar na Olimpíada, torcer pelos seus colegas, fazer baliza (figura 4).

Figura 4: Atividades extras organizadas nas aulas de Educação Física (1960 e 1970).

EA1 (F)	•O professor de Educação Física que ensaiava a gente para desfilar, com saia de pregas branca e tênis branco.
EA2 (F)	•Tinha aula de cantar, se apresentar nos dias das mães, um dia o hino Nacional, um dia o hino da Proclamação da República, outro dia o hino do Paraná, da Independência. Todo dia tinha um canto, hastearam a bandeira, cantava, fila, posição de sentido. Desfilávamos também, todo 07 de setembro saíamos da escola e ia até a praça marchando, todos os alunos ficavam lá e era hastead a bandeira nacional e cantado o hino.
EA4 (M)	•Olimpíada por exemplo, você era obrigado a participar do desfile, era obrigado ir lá, ele (professor de Educação Física) incentivava você a torcer pelos seus colegas de colégio.
EA7(M)	•Naquela época a escola participava do 7 de setembro, [...], se fazia ordem unida lá, tinha banda, o professor de Educação Física ajudava.
EA9 (F)	•Eu sempre fui baliza, era o professor de Educação Física que ensaiava a gente.

Fonte: Dados da pesquisa organizado pela autora.

Para Gonçalves (apud CASTELLANI FILHO, 2013, p. 138, grifo do autor), “a Educação Física era de fato uma atividade não puramente educacional. Era uma atividade mais ‘de fachada’, em que os festivais, as concentrações e o desfile tinham uma importância capital na vida

cívica e social da cidade”.

Rodrigues (2016, p. 57), chegou ao que denominou de duas principais experiências “marcantes” em relação à Educação Física vivenciadas por seus entrevistados (grupo de idosos com idade entre 60 e 82 anos), que vivenciaram a Educação Física nas décadas de 1950 a 1970: “as gincanas e torneios realizados pelo professor e os castigos dados por ele, caso desobedecessem”.

Para Daolio (1995a, p. 72; 74 - 75),

essas atividades extracurriculares dão ao professor uma grande importância perante alunos, funcionários, direção e comunidade em geral. [...] a valorização por parte da direção ocorre por meio dos frutos do trabalho extracurricular [...]. Nesse momento, a direção apoia, consegue material esportivo, elogia, e os professores sentem-se valorizados. Parecer ser a única forma de o professor de Educação Física ser reconhecido, apesar de nessas situações ele não atuar como professor e sim como técnico esportivo, animador ou organizador de festas. Dessa forma, a Educação Física na escola se caracteriza essencialmente pelo seu aspecto não-curricular.

De qualquer forma, é possível afirmar que o período da década de 1960 e 1970 no Brasil, a educação e, em especial, a Educação Física e o esporte receberam do governo um olhar que resultou em uma quantidade até então, não observada, de programas e ações voltadas para a área, pelo menos do ponto de vista do “papel”.

O esporte, que já se fortalecia na Educação Física, passou a ocupar o significado de esperança da população

brasileira que acabava de conquistar com Pelé, o tricampeonato mundial de futebol. Um sentimento de patriotismo “reavivado” pelo esporte, passava ocupar o imaginário da população imersa na alegria da conquista esportiva da nação brasileira, que “provava seu valor” por meio do futebol.

Para o então presidente da república Emílio Garrastazu Médici (1970, p. 1), “neste momento de vitória, trago ao povo a minha mensagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, para festejar, em nossa incomparável seleção de futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro”.

A ideia explícita e implícita era, e ainda é, de que a Educação Física deveria se traduzir em atividades esportivas e recreativas, experiências e vivências em que o fator determinante era a exercitação corporal, entendida como necessária para equilibrar e compensar as demais disciplinas do currículo. Uma Educação Física estruturada a partir da constituição necessária de sujeitos fortes física e moralmente, numa perspectiva de servir às necessidades do país em detrimento da real necessidade do desenvolvimento físico, motor, cognitivos, social, cultural...¹⁷, do ser humano.

De acordo com Teixeira e Pini (1978, p. 38), a questão esportiva e o gosto pelo exercício físico eram fatores certos e indispensáveis à Educação Física do período, neste sentido, afirmam categoricamente que “é ponto firmado, atualmente, que a Educação Física escolar deve ser cada vez mais esportiva, conduzindo o aluno para a prática do

esporte, despertando nele o gosto pela atividade física ao ar livre”.

Para Mello (2014, p. 135), “[...] até a década de 1970 no Brasil, o suporte teórico da Educação Física continuava dominado pelas ciências biológicas, na perspectiva da aptidão física, mas direcionado para o esporte como único conteúdo”. Tal enfoque pode ser observado nos relatos de atividades descritas pelos entrevistados no estudo, os quais estudaram no período nas décadas de 1960 e 1970 (figura 5).

Figura 5: Atividades realizadas pelos ex-alunos (1960 e 1970).

EA1 (F)	• Vôlei, Queimada (Ginásio 1958-1962) • Vôlei (Escola Normal 1963-1965)
EA2 (F)	• Vôlei (Ginásio 1963-1967) • Vôlei (Escola Normal 1968-1970)
EA3 (F)	• Vôlei, Tênis de mesa (Ginásio 1964-1967) • Vôlei, Tênis de mesa (Escola Normal 1967-1970)
EA4 (M)	• Basquete (Ginásio 1965-1968) • Não tinha (Científico 1969-1971)
EA5 (M)	• Basquete, Vôlei, Handebol, Futebol (Ginásio 1967-1970) • Não participava (Colegial 1971-1974)
EA6 (F)	• Peteca, Ping Pong, Vôlei (Ginásio 1970-1973) • Não tinha (Ensino Técnico 1974-1976)
EA7 (M)	• Ginástica, futebol de salão, futebol, vôlei, basquete (1º grau 1975-1978) • Não tinha (2º grau 1979-1981)
EA8 (F)	• Handebol e Vôlei (1º grau 1976-1979)
EA9 (F)	• Vôlei (1º grau 1978-1982)
EA10 (M)	• Futebol (1º grau 1979-1983)

Fonte: Dados da pesquisa organizado pela autora.

Destacamos, além da limitação de conteúdos, a predominância de vôlei para as meninas e futebol/basquete para os meninos (figura 5). Isto vai ao encontro do livro técnico “Introdução à Didática de Educação Física”, no qual Faria Jr. (1969, p. 71 - 72), apontava que diante do “[...] dimorfismo sexual do educando, as atividades escolhidas poderão ser: boxe, futebol, remo (tipicamente masculinas); ginástica rítmica (tipicamente femininas); vôlei, ginástica olímpica e natação (indiscriminadamente masculinas e femininas)”.

Entendemos que meninos e meninas devam ter as mesmas oportunidades, também nas aulas de Educação Física é

¹⁷ Tais aspectos são mencionados em separado somente por razões didáticas, uma vez que entendemos o ser humano como um todo indivisível.

salutar, isto “[...] não quer dizer que não reconheçamos as diferenças entre um e outro sexo. Claro que elas existem, especialmente biológicas. Porém, essas, como outras que possam existir, como as psicológicas, não são impeditivas de uma Educação Física sem discriminações” (FREIRE, 2009, p. 188).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que mesmo diante da ação do governo para tratar a Educação Física do ponto de vista didático-pedagógico, lançado por meio do livro de Faria Júnior em 1969, a ênfase na descoberta de talentos esportivos revela a contradição existente entre Didática da Educação Física x Desporto Escolar na perspectiva pragmática.

No campo acadêmico, as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, foi um período de uma consequente produção relacionada ao fenômeno esportivo, o que ocorreu uma década depois em relação aos países desenvolvidos da Europa e América do Norte. Desta forma, segundo Bracht (2003, p. 20), a produção científica em torno do objeto de estudo “esporte”, resultou da própria relevância social, cultural e política que o mesmo passou a ocupar na sociedade do período e, “por sua vez, aqueles que atuam no campo ou tem interfaces com ele, privilegiam o tema do esporte porque é ele que oferece as melhores possibilidades de acumulação de capital simbólico por via de seu tratamento científico”. Ou seja, tais estudos se tornam necessários e salutares, na medida em que garante ao pesquisador uma chance de maior reconhecimento tanto no próprio campo quanto fora dele.

A estrutura física e material (eterna improvisação de locais e materiais), a

formação profissional e o insucesso nas aulas de grande parte dos alunos ao longo das décadas, constituíram e constituem entraves à Educação Física, com concepção de que as atividades intelectuais são mais importantes para a formação dos indivíduos.

Mesmo com vivências limitadas a um, dois, três esportes, alguns entrevistados ressaltam a importância da Educação Física no período de formação na Educação Básica, sua contribuição para o “gostar” da escola e sentir bem ao praticar esporte na escola.

A divisão meninos e meninas, passa pela divisão de espaço físico (escola de meninos, escola de meninas), pela organização de turmas “homogêneas” em contra turno, por professores separados, e continua diante das barreiras culturais, preconceitos que ditam, “essas são atividades para eles”, “essas atividades para elas”, mesmo numa mesma turma, num mesmo espaço físico, com um mesmo professor.

Assim como na sociedade, papéis são atribuídos e assumidos por cada sujeito na Educação Física, os quais, de acordo com os relatos dos ex-alunos, dependem das habilidades técnicas e táticas no contexto do esporte, e/ou das condições de gênero, exemplo: meninos jogam futebol, meninas vôlei; os mais habilidosos do ponto de vista do esporte que será jogado escolhem o time, os menos habilidosos (titulares) ficam por último e quando conseguem um espaço para jogar, são anulados pelos demais jogadores, seja verbalmente por críticas às suas limitações durante as jogadas coletivas, seja ao fazer com que a bola não chegue até o jogador considerado “ruim”, os quais, por si só já se colocam na condição de que não sabem, não

conseguem, não gostam e ocupam papéis que se sintam menos expostos durante a aula (reservas), o que constitui a “periferia da Educação Física”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. F. de. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984):**

um estudo sobre a Educação Física escolar durante a Ditadura Militar. 2016.

Dissertação (Mestrado em Educação) -

Universidade Federal da Grande

Dourados, Faculdade de Educação,

Dourados, 2016.

ARAÚJO, S. F. de; FURTADO, A. C. O ensino de Educação Física nas páginas da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984). In: ENEPEX, ENEPE UFGD EPEX UEMS (Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária). 8., 5., 2014.

Anais [...]. Mato Grosso do Sul: UFGD e UEMS, 2014, p. 1-17. Disponível em: <http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/201.pdf>.

Acesso em 27 jan. 2020.

BRACHT, V. Educação Física no 1º grau: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl.2, p. 23-28, 1996.

BRACHT, V. **Educação Física & ciência:** cenas de um casamento (in)feliz. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 853, de 12 de nov. de 1971. Fixa núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. Brasília, **Diário Oficial da União**, 12. nov. 1971c.

BRASIL. Conselho Federal de Educação.

Parecer n. 29/65, da Câmara de Ensino Primário e Médio aprovado em sessão de 4 de fev. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Ministério da Educ. e Cult. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. v. XLIII, n. 97, p. 104-109, jan./mar. 1965.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Consolidação da Legislação do Ensino Secundário, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: ementário de pronunciamentos do conselho federal de educação e atos oficiais relativos ao ensino médio, publicados em documenta de números 1 a 90. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Diretoria do Ensino Secundário, 1969a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Introdução à Didática de Educação Física**. Brasília: Divisão de Educação Física, 1965.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 58.130, de 31 de março de 1966. Regulamenta o art. 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1 – 5 abr. 1966. p. 3596.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 69.450, de 1 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2 nov. 1971b.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 705, de 25 de jul. de 1969. Altera a redação do art. 22 da Lei nº. 4.024, de 20 de dez. de 1961. Brasília, **Diário Oficial da União**, 28 jul. 1969b.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 11429, 17 dez. 1961.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 6377, 12 ago. 1971.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, **Diário Oficial da União**, 20 dez. 1996.

BRAZIL. República Republica dos Estados Unidos do. Decreto nº 8.660, de 5 de abr. de 1911. Approva o regulamento para o Collegio Pedro II. Rio de Janeiro, **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/4/1911 (Republicação). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8660-5-abril-1911-510155-republicacao-101771-pe.html>. Acesso em: 21 mai. 2017.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 19. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2013.

CASTELLANI FILHO, L. Às voltas com o futuro: minhas incursões na Educação Física escolar. **POIÉSIS**, Rev. do Prog. de Pós-Grad. em Educ., Unisul, Tubarão, v.14, n. 25, p. 19-51, jan./jul. 2020.

DAMAZIO, M. S; SILVA, M. F. P. O ensino da Educação Física e o espaço físico em questão. **Pensar a Prática**. v. 11, n.2, p. 189-196, mai./ago., 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/>

[article/view/3590/4098](http://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/3590/4098). Acesso em: 13 mar. 2020.

DAOLIO, J. A Educação Física escolar como prática cultural: tensões e riscos. **Pensar a prática**, v. 8, n. 2, p. 215-216, jul./dez., 2005.

DAOLIO, J. **Da cultura do corpo**. Campinas-SP: Papyrus, 1995a.

FARIA JÚNIOR, A. Didática da Educação Física no Brasil. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006, p. 18.63-18-69.

FARIA JÚNIOR, A. G. de. **Introdução à Didática de Educação Física**. Divisão de Educação Física. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

FERREIRA, A. O. da C. Editorial. **Boletim Técnico Informativo**. Divisão de Educação Física – MEC, n. 1, p. 5-6, jan. 1968.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. 1ª reimp. São Paulo: Scipione, 2009.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física progressista**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física. v.10. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1991.

MARCHELLI, P. S. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1480 – 1511, out./dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/21665>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARINHO, I. P. **História Geral da Educação Física**. São Paulo: CIA Brasil, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-18476)**. Trad. R. Enderle, N. Schneider e L. C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, R. A. **A necessidade da Educação Física na escola**. São Paulo: Instituto Luckács, 2014.

OLIVEIRA, M. A. T. de. **A Revista Bras. de Educ. Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da rede municipal de ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência**. 2001. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Prog. de Estudos Pós Graduados em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2001.

OLIVEIRA, M. A. T. de. **Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à educação filosófica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Histórias das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **História do Tempo e Tempo da História: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas-SP: Autores Associados, 2011. SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910)**. 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TEIXEIRA, H. V.; PINI, M. C. **Aulas de Educação Física 1º grau**. Rio de Janeiro: IBRASA/MEC, 1978.